



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, exerce o controle externo da Administração Pública, auxiliando os Poderes Legislativos, e tem como funções: Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipal.

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotadas no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. Os demonstrativos foram preparados de forma consolidada, juntando as Unidades Gestoras do **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE**, e do **Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas – FAPRE**, bem como de forma separada por unidade gestora. As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

1 – O **Balanco Orçamentário** foi preparado em conformidade com o anexo 12 da Lei federal nº 4.320/64, onde constam os valores orçados e executados para receitas e despesas orçamentárias. O resultado orçamentário evidenciado neste demonstrativo refere-se à comparação efetuada entre o valor orçado e o valor executado, tanto para receitas, quanto para despesas.

1.1 - Em 2013 o resultado orçamentário foi deficitário no valor de R\$ 4.124.938,62, em decorrência de repasse financeiro de R\$ 10.001.057,04, feito para o Poder Executivo por ocasião da devolução do superávit financeiro ocorrido na fonte de recursos 0101000000 (Tesouro), no exercício de 2012, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.760/2005. Sem o efeito da devolução do superávit financeiro dos anos anteriores, o TCE teve um superávit orçamentário na execução de R\$ 5.876.118,42.

2 – O **Balanco Financeiro**, preparado de acordo com o anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, onde consta a movimentação financeira ocorrida na Instituição.

2.1 - O saldo das disponibilidades financeiras ao final de 2013 foi de R\$ 46.470.031,83, tendo diminuído no período de 2012 para 2013, em R\$ 2.800.427,00, por conta dos investimentos executados pelo TCE, bem como da devolução dos recursos advindos do superávit financeiro da fonte de recursos 0101000000 (Tesouro), do exercício de 2012, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.760/2005.

2.2 - Os restos a pagar pouca influência tiveram na alteração do saldo de disponibilidades do TCE, conforme demonstramos a seguir:

Restos a pagar constituído em 2013 –	R\$ 1.225.727,10
Restos a pagar pago em 2013 –	R\$ <u>1.159.815,57</u>
Diferença	R\$ 65.911,53

3 – O **Balanco Patrimonial**, realizado no formato definido no anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrando um Ativo Real Líquido de R\$ 118.196.549,80, que corresponde a 82,7% do total do Ativo do TCE.

3.1 - Com o Ativo Financeiro de R\$ 56.162.140,21, e o Passivo Financeiro de R\$ 12.274.734,52, o TCE obteve um quociente da situação financeira de 4,82, demonstrando uma alta capacidade de gestão das disponibilidades.

3.2 - O Ativo Permanente consta o valor de R\$ 74.310.832,80, estando seus bens segurados e devidamente inventariados.

3.3 - O passivo Permanente tem um saldo de R\$ 1.688,69, referente a despesas de exercícios anteriores pendentes de acordo contratual.

4 - O **Demonstrativo da Variações Patrimoniais**, consoante com o anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, obteve em 2013 um resultado patrimonial positivo de R\$ 22.632.878,08.

4.1 - O resultado positivo decorreu das seguintes variações patrimoniais:

Resultantes da Execução Orçamentária (receitas e despesas orçamentárias, acrescidas das transferências financeiras recebidas e concedidas)	R\$ 18.242.510,03
Independentes da Execução Orçamentária (incorporação e desincorporação de ativos)	R\$ 13.873.550,03
Independentes da Execução Orçamentária (ajustes de bens valores e créditos)	R\$ (7.415.486,38)
Independentes da Execução Orçamentária (incorporação de obrigações)	R\$ (2.067.695,60)
Resultado patrimonial	R\$ 22.632.878,08

5 – O **Demonstrativo da Dívida Flutuante**, em harmonia com a Lei Federal nº 4.320/64, anexo 16, demonstrando de forma resumida as movimentações ocorridas no passivo financeiro do TCE, com destaque para a movimentação dos Restos a Pagar, cujo impacto já encontra-se demonstrado na nota explicativa 3.1. Em relação aos Depósitos e Consignações, os valores estão dentro da normalidades, não gerando impacto significativo sobre a atividade financeira do TCE.

ADOÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Neste ano, em consonância com as Norma Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-16.9 que trata da depreciação, amortização e exaustão), foi reconhecida contabilmente a depreciação ocorrida nos bens patrimoniais do TCE, no montante de R\$ 559.649,06, bem como, em conformidade com a NBCT-16.10 (Avaliação de mensuração de Ativos e Passivos), foi efetuada a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no valor de R\$ 6.855.837,32, em decorrência do reconhecimento dos valores de difícil recebimento decorrentes da aplicação das multas a gestores públicos aplicadas pelo TCE, cujos valores passam a integrar o FAPRE.

Ocorreram dificuldades de implementação, decorrentes de ajustes no sistema informatizado de contabilidade (E-FISCO), razão pela qual não permitiu apresentar os resultados conforme as novas demonstrações contábeis.

EVENTOS SUBSEQUENTES E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em consonância com os ditames estabelecidos nas Novas Normas Contábeis contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), a partir do exercício de 2014, o TCE estará efetuando alteração em suas Demonstrações Contábeis.

O cronograma de implantação das novas regras aplicadas ao setor público consta na prestação de contas anual do TCE, em seu item 25, a qual resumimos abaixo:

ação	prazo
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão de férias e licença-prêmio por competência	2014
Reavaliação dos bens imóveis, e reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens intangíveis	2014
Implementação do sistema de rateio de custo departamental e por atividade	2014
Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais no e-fisco	2014
Implantação das novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público	2014

Recife, 12 de fevereiro de 2014.

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA
CONTADOR RESPONSÁVEL- CRC-PE 16.709/O-5